

O multifacetado processo de precarização/precariedade do trabalho: os jovens do ABC paulista e do Noroeste Paranaense, duas pontas de um mesmo nó.

GT18 – Reestruturação produtiva, trabalho e dominação social

Prof. Dr. Renan Araújo¹

Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Paranavaí

Resumo

A “opção” pela Via Colonial de desenvolvimento não só implicou na relação subordinada do capital nacional ao capital cosmopolita, mas, num descompassado processo de desenvolvimento econômico e social entre regiões, Estados ou cidades brasileiras. Por essa razão, a expansão/acumulação do capital e o correlato processo de redução do trabalho vivo à condição de força produtiva resultaram na emergência de diferenciadas, porém, contundentes e perversas formas de exploração e controle da força de trabalho. Nessa mesma perspectiva histórica, o processo de reestruturação produtiva, a partir da década de 1990, modificou a composição do capital, afetou o mercado de emprego e metamorfoseou a classe que vive do trabalho. Desse processo é que emergiu um pequeno segmento juvenil vinculado diretamente à produção do valor como os empregados nas indústrias montadoras do ABC, um segmento operário com maior remuneração, direitos reconhecidos em lei, qualificação profissional, educação formal e significativo poder de consumo de bens e serviços. Ao mesmo tempo, encontramos um contingente expressivo de assalariados como os jovens da região do noroeste paranaense ocupados no agronegócio e no comércio varejista com menor escolaridade, pouca qualificação profissional e baixa remuneração salarial. Interessa-nos, portanto, discutir esses “paradoxos” indicando diferenças e similaridades das formas de precarização/precariedade da vida e do trabalho juvenil, as características histórico/sociais do modo de vida *Just-in-time* e a dupla face de um mesmo processo de barbárie social que nos desafia a compreender sua complexa materialidade e a recomposição igualmente diferenciada das relações sociais fundantes - a luz de nosso tempo - do trabalho alienado e do cotidiano estranhado.

Palavras Chave: Juventude, reestruturação produtiva/agronegócio, trabalho flexível.

1. Introdução

O processo de reestruturação produtiva no Brasil, a partir da década de 1990, impulsionou uma ampla produção intelectual vinculada à engenharia industrial, à economia e à Sociologia do Trabalho com vistas a analisar a disseminação das estratégias do trabalho flexível e seus impactos sobre a juventude.

Iram Rodrigues (2005), em sua pesquisa sobre a condição material do perfil socioeconômico dos jovens metalúrgicos com até 29 anos de idade empregados nas indústrias montadoras localizadas na região do ABC paulista nos informa que esse novo segmento metalúrgico possui um excepcional poder

Registro meus agradecimentos à Fundação Araucária - PR pelo apoio financeiro recebido.

¹Doutor em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras - Unesp/Araraquara. Prof. vinculado ao Programa de Mestrado interdisciplinar em Formação Docente -PPIFOR e ao Colegiado de História da Universidade Estadual do Paraná - Unespar/Paranavaí. Membro da Comissão Executiva da Rede de Estudos do Trabalho - RET. Líder do grupo de pesquisa CNPq: “Economia do Trabalho, Educação e Desenvolvimento Regional”. Autor do livro “O novo perfil metalúrgico do ABC”. Editora Fecilcam, Campo Mourão, 2012.

de compra, uma possibilidade ímpar de aquisição de diferentes bens de consumo, inclusive os bens de consumo duráveis, como o automóvel (93%), telefone fixo (99%), computador (66%) e internet (55%).

Seu estudo indica que 66% nasceram no ABC e 25% na capital paulista, 59% são solteiros e 39% encontram-se vivendo maritalmente, 68% dizem não ter nenhum filho e 22% possuem somente um. Desse total 66% se dizem católicos, 9% pertencem à Assembleia de Deus e 13% afirmam não ter religião. Constatamos, pois, que residem em regiões que contam com uma reconhecida infraestrutura urbana, o que lhes permite usufruir da ampla rede de serviços públicos ou privados. São majoritariamente religiosos (87%), na sua ampla maioria são solteiros, e dos 22% casados, a maior parte tem somente um filho.

Essa conversão do jovem metalúrgico em “cidadão consumidor” se explica pela sua condição salarial acima da média verificada no setor metalúrgico, ou mesmo empresas montadoras localizadas em outras regiões do país. O Boletim Eletrônico de 10/07/2008, da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT – CNMCUT, por exemplo, informava que:

“Em média, o metalúrgico que trabalha nas montadoras de São Bernardo do Campo - SP recebe R\$ 3.674,74 em uma jornada média de 40h semanais e um salário/hora que atinge R\$ 20,97. Já o trabalhador que exerce a mesma função em Catalão-GO, recebe um salário médio de R\$ 1.031,92 (que representa 28,3% do salário do ABC; uma diferença salarial acima de 70%) para uma jornada média de 44h semanais, com um salário/hora de R\$ 5,39 [...] Para os trabalhadores das duas regiões retratadas acima, a variação do custo de uma cesta padrão de produtos e serviços são mínimas (11,5%). Enquanto no ABC é necessário desembolsar R\$ 2.723,88 para adquirir a cesta de produtos, em Catalão, gasta-se R\$ 2.410,41. Estes valores, na prática, refletem que enquanto o metalúrgico do ABC teria que gastar 44,05% de seu pagamento e trabalhar 129,88h para conseguir comprar a cesta, o trabalhador goiano precisaria trabalhar 446,89h, gastando o equivalente a 233,58% de seu salário mensal” (subseção Dieese-CNM/CUT).

Se por um lado, o metalúrgico *jovem-adulto flexível* pode ser representado por alterações substantivas na sua vida material, por outro, a sua forma de apreensão do mundo, em meio à nova dinâmica social que emerge do contexto das metamorfoses sofridas pelo proletariado é permeada por expectativas/exigências, cujas escolhas e atitudes são geradoras de angústias, frustrações, expressão potencializada da subsunção do trabalho ao capital, uma vez que, enquanto força de trabalho, vê-se submetido de forma integral (modo de *vida Just-in-time*) reproduzindo-se para atender as exigências da insaciabilidade capitalista, daí o processo de precarização, da intensificação da exploração quando comparada ao antigo operário fordista (Antunes, 1997).

Esse segmento metalúrgico aqui denominado de *jovens adultos flexíveis* corresponde ao perfil histórico profissional-social desse novo “núcleo duro”, o operário flexível que emergiu da fábrica reestruturada, a excelência profissional buscada pelo capital quando comparada aos outros segmentos do proletariado brasileiro, particularmente em Estados como Paraná onde a ampliação do mercado de trabalho, reflexo da expansão interna da economia brasileira, alavancou-se com base na predominância do agronegócio e das correlatas formas de precarização do trabalho nesse segmento.

Através do nosso projeto de pesquisa desenvolvido desde maio de 2011, temos que os resultados alcançados trazem elementos fundamentais à apreensão das características econômicas e sociais predominantes da força de trabalho do jovem/adulto entre 18 e 29 anos de idade, residente na cidade de Paranavaí. Um segmento juvenil também emulado pelas estratégias do trabalho flexível, porém, em piores condições de salários e direitos quando comparado ao segmento jovem flexível do ABC (Araujo, 2012).

Trata-se, portanto, da força de trabalho jovem que compõe o segmento do proletariado ingressante no mercado de trabalho sob a égide da dupla exploração, tanto aquela relacionada à

condição de assalariados com menores ou sem direitos sociais reconhecidos em lei, baixa qualificação profissional, mas que não estão isentos de sofrerem toda espécie de emulação social relacionada ao novo metabolismo social do capital que exige sua adesão às estratégias de consentimento/coerção típicas do trabalho flexível. Desse duplo processo é que emerge esse segmento rural do precariado, tal qual a força de trabalho juvenil do noroeste paranaense, ou da cidade de Paranavaí propriamente dita.

2. O jovem metalúrgico do ABC e o processo de precarização da vida/trabalho

Ensina-nos a Igreja Católica que todos aqueles que morrem na graça e na amizade de Deus, mas não estão completamente purificados (87% dos jovens metalúrgicos dizem crer em Deus), embora tenham garantia da sua salvação eterna passam, após sua morte, pela purificação a fim de obterem a santidade necessária para entrarem na alegria do Céu. De forma análoga, porém voltada para o mundo dos vivos, daqueles que labutam dentro da fábrica, podemos observar o quanto a “luta” individual travada pelo *jovem-adulto flexível* em prol da sua “afirmação” é reflexo das suas atitudes tomadas com vista a suplantar uma condição de inferioridade no espaço produtivo, condição que emerge do fato de ser novato; o inexperiente “moleque do Senai” na visão dos operários mais antigos.

Desse modo, para obter sucesso precisa mostrar-se disposto, demonstrar resistência física e disposição/capacidade para enfrentar a dureza da vida cotidiana na fábrica, pois, como afirma o médico do trabalho:

“É importante a gente ressaltar que os jovens são mais facilmente vítimas [...] existe toda uma dinâmica do trabalho, **as pessoas geralmente entram no mundo do trabalho pelas portas do inferno** [grifo nosso], elas entram para fazer o pior serviço, as pessoas que já faziam aquele serviço, quando abre uma vaga mais pra frente ele já muda, ele conhece, ele vai procurando se encaixar nos lugares melhores, então quem entra sempre entra pra fazer o que é mais difícil mesmo quando você tem um grupo de trabalho [...] Segundo coisa [...] elas desenvolvem a experiência...isso a gente discute muito em ergonomia..., a experiência de trabalho faz com que elas desenvolvam estratégias mais eficientes de fazer o trabalho, então ele tem aquele “jeitinho” de fazer a mesma atividade economizando.... vamos dizer.... um terço a menos de energia [...] a questão da própria estratégia de vivência psíquica, ele vai desenvolvendo estratégia para suportar ou lidar melhor com essas sobrecargas e restabelecer o equilíbrio dele com mais facilidade”.

Ou seja, inexperiente e movido pela pressão, o jovem operário resvala, conhece de perto as portas do inferno. Sua entrega ao trabalho árduo explica-se pela combinação da sua necessidade em se efetivar no emprego com a fragilidade de alguém que se encontra na condição de estagiário, pois, ao terminar o curso do Senai é preciso enfrentar um período probatório de até 12 meses e a correspondente redução salarial imposta por sua condição temporária.

Combinando, portanto, necessidade do emprego e inexperiência no chão de fábrica, o jovem metalúrgico luta para livrar-se o mais rápido possível das penosas formas de trabalho dando celeridade ao período da sua “purificação”, encurtando - se possível - o tempo de passagem pelo purgatório. Esse é um processo que implica “dar e receber cotoveladas”, pois a totalidade do contingente operário remanescente do Senai encontra-se em disputa aberta pelas vagas que podem surgir na produção. “*Não interessa aonde, o importante é você se efetivar*”, informou-nos um jovem dirigente da comissão de fábrica.

Diante do que foi exposto, talvez seja salutar objetar se existe algum limite psico-físico do *jovem-adulto flexível*, algum tipo de estratégia “diferenciada” que adotada por alguns jovens, permita que convivam suportando essa forte pressão social, esse conjunto de exigências que lhe são impostas para permanecerem na fábrica? Como é possível manter certo equilíbrio emocional?

Para Dejours (2000), passada essa fase inicial de adaptação, como tendência o indivíduo tende a conviver com certa dose de sofrimento, porém sem ultrapassar a linha divisória da “normalidade”:

“A normalidade é interpretada como resultado de uma composição entre sofrimento e a luta (individual e coletiva) contra o sofrimento no trabalho. Portanto, a normalidade não implica ausência de sofrimento, muito pelo contrário. Pode-se propor um conceito de “normalidade sofrente”, sendo, pois, a normalidade não o efeito passivo de um condicionamento social, de algum conformismo ou de uma “normalização” pejorativa e desprezível, obtida pela “interiorização” da dominação social, e sim o resultado alcançado na dura luta contra a desestabilização psíquica provocada pelas pressões do trabalho” (Dejours, 2000:36).

Ou seja, no modo de “*vida just-in-time*” a pressão sofrida por aqueles que vivenciam tal processo de mudanças, essa nova dinâmica social responsável pela substituição do “gorila domesticado”, impõe ao perfil operário *jovem adulto flexível* uma espécie de dor permanente, que contida e sufocada, é parte da estratégia adotada para que possa manter certo equilíbrio psíquico de acordo com os pressupostos definidores da “normalidade sofrente”.

Todavia, nem todos os operários reagem da mesma maneira, e, por isso mesmo, outro aspecto verificado em nossa pesquisa de campo merece ser abordado. Soubemos, por exemplo, que a pressão do trabalho abre flancos para o surgimento de comportamentos e condutas que, revestidos de tentativas de fugas, repercutem sobremaneira na vida social e de trabalho do novo perfil operário. São reveladoras as informações trazidas pelo médico do trabalho ao afirmar:

“A gente tem que frisar bem, inicialmente eu não acho que as pessoas usem qualquer tipo de droga para poder trabalhar, para aguentar o trabalho. Elas começam usando algum tipo de substância química pra poder relaxar, ele precisa de alguma coisa que o desligue do trabalho, o trabalho [...] O problema é um só, toda substância relaxante tem uma “meia vida” longa. Por exemplo, o cara que sai às 23:30 h da faculdade e fuma um ou dois baseados, toma uma cerveja para dormir, a tendência dele é ele dormir até as 10:00 h da manhã, mas ele precisa acordar às 4:00, 4:30 ou 5:00h, então o que acontece é que ele começa usar alguma coisa que “ligue” ele logo cedo [...] você precisa tomar alguma coisa que seja estimulante, aí você começa com guaraná em pó, mas guaraná em pó não dá conta, aí você começa a partir para uma coisa que seja um pouco melhor [...] o que é natural hoje em dia; as anfetaminas [...] dá uma “turbinada” com esse produto químico. Às vezes você toma algum estimulante normal, desses produzidos comercialmente, remédios que são antidepressivos, tem a capacidade de ter estimular um pouco, e, no limite você, dependendo do seu poder aquisitivo, usa cocaína, que é o que muita gente cheira para trabalhar. Tanto isso é verdade que nós temos fábricas hoje no ABC [...] Elas (as empresas) fazem testes aleatórios garantindo que pelo menos quatro vezes por ano todo mundo seja testado e se for detectado qualquer sinal de uso de qualquer droga (cocaína, maconha ou mesmo de bebida alcoólica) ele é incluído num programa de acompanhamento e monitoramento, chamado de “Programa Social de Prevenção de Dependência Química”, mas que na verdade é um tormento porque a partir do momento em que o cara (o trabalhador) passou a perder a produção ela (a empresa) tem toda uma justificativa; “o cara é um dependente químico inveterado, embora a fábrica tenha feito tudo, não consegue resolver, então tem que ser demitido” [...] uns dez anos, eu acho que uns dez anos, pelo que a gente tem lido, quer dizer, quando você começa a entrar nessa, é claro que existem casos e casos, mas a média seria em torno de dez anos o tempo que a pessoa leva pra começar a aprofundar a dependência, nesse período ele ganha produtividade, depois disso se estabiliza por volta de uns quatro, cinco anos e depois começa a cair [...] por volta de dez anos ele acaba estando

com problemas sérios de conseguir responder àquilo que a fábrica tá querendo dele, isso é o caso do alcoolismo [...] Hoje o álcool é o mais consumido por um motivo: ele é mais barato e é legal, já temos um significativo número de pessoas em qualquer área e em qualquer atividade, quer dizer, tanto horistas, peão do chão de fábrica como mensalista”.

Confirmando o diagnóstico feito pelo médico, vejamos o que nos disse um “operário flex” que atualmente luta para se livrar das drogas. Heitor, com 27 anos de idade, disse-nos que nos últimos anos sempre viveu em “combustão”, usava de forma combinada diferentes tipos de drogas lícitas e ilícitas. Mas como tudo isso começou? Seu relato não deixa dúvidas; sua dependência teve início a partir do momento em que:

“O trabalho me levava ao cansaço... o cansaço me levava a beber... acabou virando uma rotina [...] Minha relação com minha noiva nessa época já estava conturbada [...] Meu vínculo com a noiva foi se quebrando aos poucos [...] Nesse meio tempo fui pra essa vida de balada de saída, de droga e bebidas [...] mas não chegava a afetar o raciocínio porque era um trabalho muito repetitivo [...] Isso acontece com muitas pessoas, a pessoa está tão acostumada a fazer o serviço que não afeta muito né [...] Você acaba burlando um monte de regras, de normas do trabalho pra poder produzir mais [...] Você acaba pegando mais peças nos braços, com a mão, levando com a força [...] Você acaba eliminando vários processos da produção pra poder fazer mais [...] Rapazes novos aí, da minha idade, já tendo muito problema de coluna, de bursite, tendinite. Por isso, acaba querendo mostrar mais no trabalho e acaba ficando doente [...] Chegou um tempo que minha resistência em relação ao álcool foi baixando, eu bebia pouco e ficava mais alterado, quando eu conheci as drogas. Conheci cocaína que quando eu bebia muito e ficava meio aéreo, eu usava cocaína ela cortava o efeito da bebida, eu trabalhava normalmente, ninguém percebia que eu estava alcoolizado então foi um remédio do outro entendeu, uma coisa pra amenizar a outra. Eu bebia ... e a droga vinha pra melhorar os efeitos que a bebida causava [...] Tem muitos conhecidos aqui que estão indo pro mesmo caminho”².

Nota-se, pois, que quando analisamos o modo de vida, o teor social contido na “*vida just-in-time*”, vemos que o cotidiano do *jovem-adulto flexível* é marcado por um processo de perdas e sofrimentos quiçá irreparáveis. Notamos que parte dessas perdas corresponde a determinados momentos específicos da vida de uma pessoa. As descobertas relacionadas à fase da vivência adolescente-juvenil é um típico exemplo: “*na fábrica a gente amadurece mais cedo*”, conforme nos relatou Tereza, mas quem é que vai pagar por isso?.

Meio que juntando os cacos, Heitor - o jovem que passa pelo processo de recuperação da dependência química - informou que nesse momento busca recuperar sua “moral” perdida diante dos colegas de trabalho, particularmente os antigos; “*eles vão voltar a acreditar em mim*”. Parecia estar decidido a fazer o caminho de volta à “normalidade”, ainda que “sofrente”.

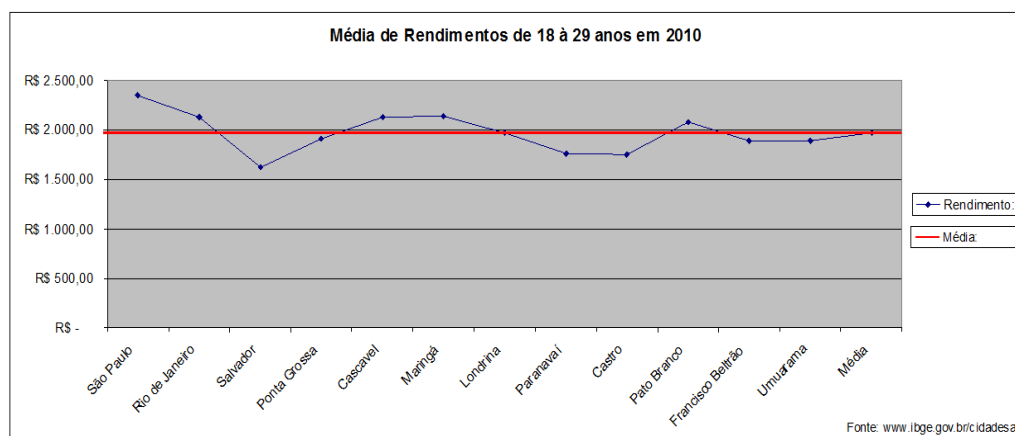
² Na música “Revanche”, o cantor Lobão sugere que a vida cotidiana traz em si um peso descomunal sobre os ombros dos indivíduos obriga-os a recriar/projetar, no seu imaginário, momentos de “fuga” em face do pesado fardo em que se transformou o cotidiano: “Eu sei que já faz muito tempo que a gente volta aos princípios, Tentando acertar o passo usando mil artifícios, mas sempre alguém tenta um salto, e a gente é que paga por isso. Fugimos pras grandes cidades, bichos do mato em busca do mito, De uma nova sociedade, escravos de um novo rito, Mas se tudo deu errado, quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso?, Eu não quero mais nenhuma chance, eu não quero mais revanche, Eu não quero mais nenhuma chance, eu não quero mais ...[...] O café, um cigarro, um trago, tudo isso não é vício, São companheiros da solidão, mas isso só foi no início, Hoje em dia somos todos escravos, e quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso? Quem é que vai pagar por isso?”.

Já o jovem (Everton), recém-formado pelo Senai, disse estar bastante aborrecido: “quando passar minha fase de experiência quero ser sindicalista [...] Aí vou cobrar tudo o que a empresa fez comigo e com meus colegas desde a época do Senai”.

Temos que, por outro lado, suas falas reafirmam que a vida dos homens é, antes de tudo, aquela que se situa no campo da História, e a História por sua vez é processo, movimento no qual sua dinâmica é dada pela capacidade do homem, intervindo nela, redefinir sua trajetória individual e social.

3. O jovem trabalhador precarizado do noroeste paranaense

A emergência do segmento composto pelos jovens trabalhadores precarizados do noroeste paranaense, resulta do contexto no qual o Estado do Paraná alçou-se a condição de quinta economia - em termos do PIB - no Brasil, processo impulsionado fortemente pela produção de commodities (soja e cana-de-açúcar). Por conta disso, vale ressaltar que a região do sul do país manteve o segundo melhor índice com (3.48%) quando se observa a variação positiva da remuneração relativa dos salários (IBGE, 2010). Porém, quando comparamos os rendimentos dos salários de jovens residentes em cidades brasileiras, às cidades como Cascavel, Londrina e Maringá e também algumas das cidades similares demográfica e economicamente a Paranavaí; Castro, Umuarama, Pato Branco, Francisco Beltrão, temos os seguintes dados:



(Fonte: www.ibge.gov.br/cidadesat)

Em primeiro plano destaca-se a cidade de São Paulo com média salarial acima daquela encontrada nacionalmente. Isto se explica pela complexidade da economia paulistana, vigorosa nos setores de serviços e finanças, mesmo perdendo grande parte das indústrias que compunham o setor produtivo erguido entre as décadas de 1950 e 1980. Em seguida temos a cidade do Rio de Janeiro cuja economia assenta-se historicamente, com vigor, no setor de serviços, pesquisas e administração pública.

Essa diferença é maior que a existente entre as unidades da Federação de maior e menor renda do país — os habitantes do Distrito Federal, por exemplo, embolsam cerca de cinco vezes o que ganham os maranhenses. Sabemos também, que a alta concentração de servidores públicos no Distrito Federal, junto com a Universidade de Brasília - UnB, incidem diretamente para que a região receba um contingente de assalariados com alta escolaridade e correspondente massa salarial. De acordo com o jornal Correio Brasiliense de 14/01/2013, somente o setor do funcionalismo representava, naquele ano, mais de 50% da massa salarial encontrada no DF.

Atendo-se ao estado do Paraná, temos que as cidades de Cascavel e Maringá encontram-se acima da média nacional, já a cidade de Londrina no patamar médio entre as cidades comparadas. A cidade de Pato Branco situa-se pouco acima da média nacional, ultrapassando inclusive, a cidade de Ponta Grossa, ficando somente atrás das cidades paranaenses de Cascavel e Maringá. As cidades de

Paranavaí, Umuarama, Francisco Beltrão e Castro, situam-se abaixo do nível médio nacional, sendo que Paranavaí e Castro encontram-se ainda, abaixo das cidades de Umuarama e Francisco Beltrão. Os dados da Rais (2010) apresentado logo abaixo, demonstra a relação entre os salários ao tamanho do estabelecimento do empregador:

REMUNERAÇÃO MÉDIA POR TAMANHO DO ESTABELECIMENTO – 2011

Tamanho estabelecimento	2011
De 1 a 4 vínculos ativos	R\$ 946,96
De 20 a 49 vínculos ativos	R\$ 1.476,16
De 100 a 249 vínculos ativos	R\$ 1.900,86
De 500 a 999 vínculos ativos	R\$ 2.289,19

(Fonte: Relação Anual de Informações Sociais - Rais, 2010)

Percebe-se, que o tamanho dos estabelecimentos interfere diretamente no valor dos salários recebidos. Podemos considerar exceção, situações onde o reduzido número de empregados relaciona-se diretamente ao maior valor agregado ao produto, tal qual o são os setores diretamente vinculados à produção de diferentes *softers* ou os segmentos que utilizam de forma intensa as tecnologias de base micro eletrônica na produção ou nas diferentes atividades ligadas aos setores de serviços. Nesses setores da economia, de modo *sine qua non*, encontram-se os assalariados com maior nível educacional/profissional e maiores salários.

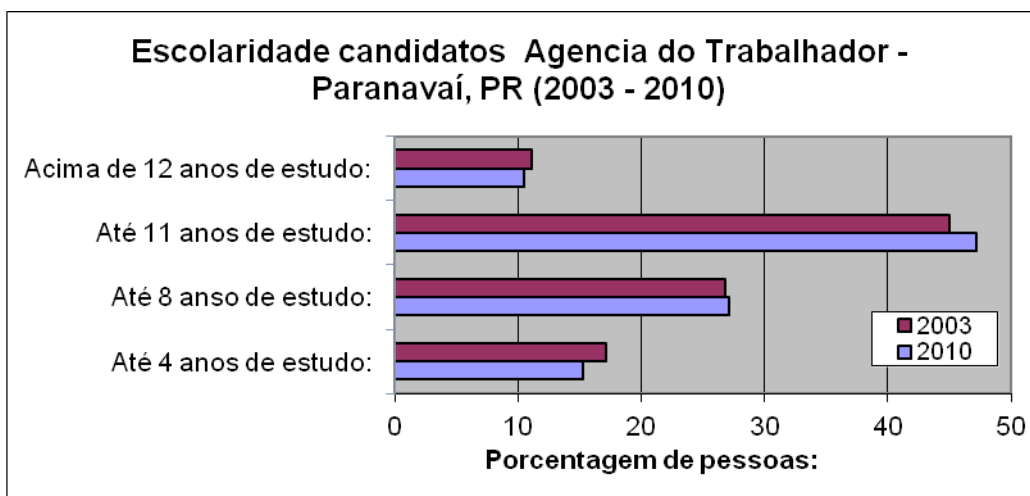
Este não é o caso dos estabelecimentos produtivos ou do comércio cuja produção ou serviços, guardam forte vínculo com as formas tradicionais. De modo geral, esses estabelecimentos pela própria lógica da concorrência capitalista disputam franjas de mercados, representam, pois, segmentos fragilizados no universo da produção/circulação, onde a diminuição de custos requer a necessária redução do capital variável, implicando no inevitável rebaixamento dos salários.

Todavia, a ampliação da oferta de empregos entre os anos de 2002 e 2013, relaciona-se diretamente a política de intervenção econômica praticada pelo Estado brasileiro, decorrendo na correlata expansão do mercado interno, gerando um duplo movimento quando se verifica a “qualidade” do emprego ofertado (Alves, 2013).

Assim temos que o segmento do proletariado com maior nível de educação formal e formação profissional, estarão entre aqueles que serão absorvidos pelo mercado de trabalho com maior remuneração, garantia e proteções legais. Soma-se a isso, a tendência de que esse segmento seja representado por instituições sindicais.

Por outro lado, como parte do mesmo processo de expansão do mercado interno, nos últimos anos, no contexto do trabalho flexível, ampliou-se no Brasil, os segmentos do proletariado com menores salários, baixa qualificação profissional, poucos ou nenhum direito social legalmente reconhecido com reduzida capacidade de resistência. Com isso, temos que a expansão de postos de trabalho fundados nas condições contemporâneas, representa por excelência, o processo social no qual se forja o segmento social do proletariado, o novo *precariado* propriamente dito, constituído a partir da ampla malha de assalariados jovens disponíveis que, situados entre 18 e 29 anos de idade, encontram-se a deriva, expostos a sanha insaciável do capital quando empregados.

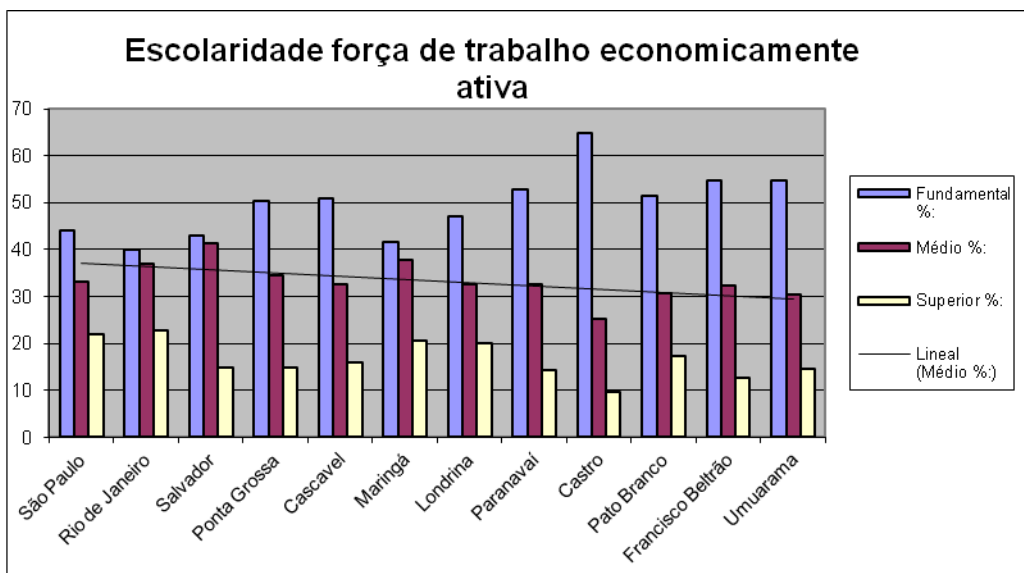
Vejam os dados da educação formal hoje matizada como caminho a ser perseguido, trajetória indelével para se conseguir um bom emprego. Quando focamos a cidade de Paranavaí temos os seguintes dados conforme tabela abaixo:



(Fonte: Agência do Trabalhador de Paranavaí e região)

Os números são taxativos, pois, aproximadamente 50% da força de trabalho que procura ocupação na Agência do Trabalhador frequentaram por - no mínimo 11 anos - os bancos escolares, ou seja, obtiveram o ensino médio e 16% aproximadamente possuíam curso superior. Se tomássemos como premissa inquestionável a tese de que a maior escolaridade pressupõe maiores salários, tal qual o são os jovens metalúrgicos das montadoras da região do ABC, estaríamos então diante de uma situação aparentemente paradoxal, pois a escolaridade encontrada em Paranavaí se mantém dentro dos parâmetros da média nacional.

Observando a cidade de Paranavaí a partir da média de escolarização nacional teríamos os seguintes dados:



(Fonte: www.ibge.gov.br/cidadesat)

Vemos que quando se considera a escolaridade da força de trabalho economicamente ativa, no quesito ensino fundamental, a cidade de Paranavaí ultrapassa o índice de 50%. Porém, se os números situam-se pouco acima das cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, é verdade que fica muito próximo de cidades paranaense como Cascavel, Ponta Grossa e Londrina. Ao mesmo tempo, encontra-se abaixo da cidade de Castro, Francisco Beltrão e Umuarama, cidades que apresentam similaridade demográfica e econômica.

No quesito ensino médio, a cidade de Paranavaí tem índice próximo a São Paulo, idêntico a cidade de Cascavel, Pato Branco e Umuarama (30% aproximadamente), e pouco acima da cidade de Castro. Em relação ao ensino superior, apreende-se que Paranavaí situa-se abaixo de Pato Branco, se iguala a cidade de Umuarama, e obtendo índices maiores que as cidades de Francisco Beltrão e Castro.

Portanto, excetuando-se os operários das montadoras do ABC, não se observa no caso da cidade de Paranavaí a tese de que a maior escolaridade implica em maiores salários (Faleiros, 2005). Essa divergência entre a tese e a realidade, possivelmente se explica pela atividade econômica predominante, pois estas cidades do Paraná caracterizam-se pela combinação do agronegócio, comércio e segmento social vinculado à administração pública municipal.

No agronegócio o processo de automação exige um número cada vez menor de trabalhadores fixos, e a lógica da terceirização adotada pelo segmento contribui para ampliar o número dos assalariados instáveis. Os salários dos funcionários públicos municipais - tal qual a maioria das cidades brasileiras -, é baixa considerando que várias delas fecham suas contas com o auxílio do repasse do Fundo de Participação dos Municípios. O comércio vê-se vulnerável posto que, na soma, encontramos uma baixa massa salarial.

Neste contexto, os jovens da cidade de Paranavaí deixam a cidade para tentar fazer a vida alhures ou permanecem na condição de eterno assalariado precário, a ausência da perspectiva de futuridade os fazem sentir exilados em seu próprio território. Seja qual for sua decisão, este tende, no atual contexto do capitalismo global, a engrossar o segmento do precariado que emerge do neodesenvolvimentismo brasileiro (2002-2012). No caso dos jovens metalúrgicos do ABC, temos que estes perdem no decurso da sua trajetória profissional, o sentido da vida para manter-se empregado enquanto o novo precariado empregado já o tem “negado” os direitos sociais assim que ingressam no mercado de emprego. Em comum, ambos os segmentos compartilham, cada um a seu modo, das formas de vida estranhadas.

Conclusão

Manuel Castells (1999), indica que os diferentes signos definidores de uma determinada tessitura social não são imutáveis; ao contrário, expressam um processo permanente (des-re) construção, um dialético, intenso, agudo momento de formação/confrontação entre “atributos culturais, ou um conjunto de atributos culturais inter-relacionados”, cujos embates e contradições estão na base da tessitura que compõe a identidade dos indivíduos, grupos ou classes sociais.

Em Agnes Heller (1989) temos que a cotidianidade é insuprimível, é parte constituinte e insubstituível da dimensão da história humana, pois é no âmbito da vida cotidiana que a imediatividade converte o “útil” em “verdadeiro”, enfatiza que os critérios adotados na definição das prioridades em nosso cotidiano são determinados pela sua praticidade, por sua funcionalidade, capaz de mobilizar os homens ainda que premidos pelas “escolhas objetivas” ou, dito de outra forma, pelas contingências inerentes à cotidianidade.

Com isso, à época do trabalho flexível contemporâneo, em que pese suas particularidades recentes, não se rompe, mas ao contrário se reafirma em outros moldes a essência alienante historicamente calcada na cisão entre produtores/produto, no constante aumento da produtividade, na retenção concentrada da riqueza social sob o auspício das novas técnicas de gestão de pessoal. Processo que envolve inclusive os jovens que conformam o novo precariado brasileiro, aqueles que já ingressam no mercado de trabalho imersos em condições de precariedade e que sem mecanismos de defesas estão submetidos às formas mais intensas de exploração do trabalho pelo capital.

Referências Bibliográficas

Alves, Giovanni. Dimensões da precarização do trabalho. Bauru: Canal 6 Editora, 2013.

Antunes, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfozes e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 4^o ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Araújo, Renan. O novo perfil metalúrgico do ABC. Ed. Fecilcam: Campo Mourão, 2012.

Castells, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

Dejours, Christophe. A banalização da injustiça social. Rio de Janeiro: Getúlio Vargas, 2000.

Falleiros, Ialê. Parâmetros curriculares nacionais para a educação básica e a construção de uma nova cidadania. In - A nova pedagogia da hegemonia. Lúcia Maria W. Neves (org). São Paulo: Xamã, 2005. P. 211-235.

Heller, Agnes. O cotidiano e a História. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3^oed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1989.

Marx, Karl. Crítica da Economia Política, livro 1. V.I. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1968.

_____. Manuscritos econômicos-filosóficos. Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

Rodrigues, Iram J. Martins, Heloisa Helena T. Perfil socioeconômico de jovens metalúrgicos. Revista Tempo Social. Vol.17. n^o2, 2005. pp.3-25.